



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681991 - SP (2021/0230261-5)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ALINE MORAES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : AHMAD LAKIS NETO - SP294971
DOUGLAS RODRIGUES DE OLIVEIRA - SP327671
ALINE MORAES DE OLIVEIRA - SP336202
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO NASCIMENTO PENNA (PRESO)
CORRÉU : RONALDO DANIEL DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO NASCIMENTO PENNA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2153673-47.2021.8.26.0000).

infere-se dos autos que o paciente (fl. 38):

[...] está sendo processado por tráfico de substância entorpecente, associação para tal fim e corrupção ativa porque: i) ele e o co-acusado RONALDO DANIEL DE SOUZA, "no dia no dia 18 de maio de 2021, por volta das 20:00 horas, na Rua João Antonio de Oliveira, 276, Mooca, nesta Capital (...), agindo de comum acordo e com identidade de propósitos, tinham em depósito e guardavam, para entrega ao consumo de terceiros, 24 'tijolos' de Cannabis SativaL, popularmente conhecida como 'maconha', contendo tetrahydrocannabinol (THC), com peso líquido de 13.780g e 4.000 (quatro mil) invólucros com cocaína, com peso líquido de 1.956g, tudo sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, conforme auto de exibição e apreensão (fls. 26/27) e laudo de constatação (fls. 30/36)"; ii) os denunciados, "na mesma data e local acima mencionados (...), associaram-se para o fim de praticar, reiteradamente ou não, o crime de tráfico de entorpecentes"; iii) "no mesmo dia no dia 18 de maio de 2021, nesta Capital (...), ofereceu vantagem indevida aos funcionários públicos Marcelo dos Santos Ferreira e Wallace Araújo da Silva, para omitirem ato de ofício".

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que

a preventiva carece de fundamentação idônea, baseada em elementos genéricos e na gravidade abstrata do crime.

Traz argumentos quanto à inviabilidade de associação do paciente a organização criminosa, porquanto "imperiosa se torna a associação estável e permanente de quatro ou mais pessoas, o que como visto não é o caso dos autos" (fl. 12).

Agrega alegações em relação às condições pessoais favoráveis do paciente, sendo suficiente a implementação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão ou estabelecer a liberdade provisória, com eventual aplicação de medida diversa da segregação cautelar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque a quantidade de drogas apreendidas somada a reincidência – "autuados são reincidentes específicos, Ronaldo (fls.58/64) e Rodrigo (fls.65/70) possuindo condenação definitiva anterior pela prática do crime de tráfico de drogas e estando ainda em cumprimento de pena" (fl. 25) – configuram fundamentos idôneos para legitimar a segregação cautelar.

A propósito:

5. Os indícios de habitualidade nas condutas criminosas são reforçados pelos maus antecedentes do paciente, que ostenta condenação por tráfico de drogas transitada em julgado em 17/3/2006, e por associação para o tráfico, tornada definitiva em 12/8/2016. Ademais, estava em cumprimento de pena, em regime aberto, quando, em tese, voltou a delinquir, evidenciando que medidas menos gravosas do que a prisão são insuficientes para obstar a reiteração delitiva. (HC 640.153/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2021, DJe 15/03/2021)

Outrossim, o "fato de o agravante possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva" (AgRg no RHC 136.622/GO, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 18/12/2020), o que afasta a plausibilidade de acolhimento do pedido em liminar no plantão.

Do mesmo modo, sem plausibilidade as ponderações relativas a organização criminosa, visto que a denúncia sequer lhe imputou qualquer delito previsto na Lei n. 12.850/2013, não havendo espaço para confundir associação para o tráfico, previsto no art. 35 da Lei de Tóxicos, com a previsão contida naquela.

A título exemplificativo:

2. Quanto à condenação pelos crimes de associação para o tráfico e de organização criminosa, já decidi esta Corte que "Sendo autônomos os tipos penais descritos nos arts. 35, caput, (...) da Lei n. 11.343/06 e no artigo 2º, caput, da Lei 12.850/13, correta a denúncia pela prática de ambas as imputações" (RHC 80.688/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 13/03/2017). (AgRg no AREsp 1593941/TO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado

em 22/09/2020, DJe 29/09/2020)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência